

**A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO NEOLIBERAL**

ANDRÉ PIRES

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
anpires@gmail.com

BRUNA MARA DA SILVA WARGAS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
brunamarawargas@yahoo.com.br

RENATA DE SOUZA PIRES

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
renataspires@gmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda o processo de evolução do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro e pondera a influência do pensamento liberal neste desenvolvimento. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica de autores que abordaram esta temática, bem como das legislações que nortearam este processo de evolução. O ensino superior no Brasil foi tardiamente organizado; somente nas décadas de 1950 e 1960 é que foram impulsionadas as instituições de ensino superior federais, nos anos 70 houve uma grande expansão no número de vagas oferecidas no ensino superior como um todo, incentivada pela necessidade das indústrias. Nos anos 80, com a crise do setor público e as políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 90, em decorrência dos acordos de renegociação da dívida brasileira, as universidades públicas foram sucateadas e a lógica das políticas públicas foram modificadas e ocorre a expansão das instituições privadas. Dentro desta perspectiva, emerge a necessidade de um sistema de avaliação e de regulação das Instituições de ensino superior. O Provão estabeleceu o modelo inicial no país e o SINAES o modelo atual de avaliação. Assim, observou-se a partir desta pesquisa, traços dos ideais neoliberais na configuração do sistema de avaliação brasileiro, no Provão desde sua concepção e no SINAES a partir de suas modificações.

Palavras chave: Ensino Superior, Avaliação, Provão, SINAES, ENADE.

1. INTRODUÇÃO

Adam Smith foi um importante filósofo e economista escocês do século XVIII. Nasceu na cidade escocesa de Kirkcaldy, em 5 de junho de 1723, e faleceu em Edimburgo no dia 17 de julho de 1790. É considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico (HUNT, 1981). Na visão de Smith (1776), o Estado deve interferir o mínimo possível nas relações econômicas, o mercado funciona plenamente sem interferências. Intervenções do Estado prejudicam o equilíbrio de mercado e ao Estado cabe atuar nos segmentos onde a rentabilidade é baixa. Em seu livro a Riqueza das Nações, Adam Smith defini o sistema capitalista como:

(...) O sistema óbvio e simples de liberdade natural”, é afirmado como o melhor sistema econômico possível. Todo homem fica perfeitamente livre para buscar seus próprios interesses, à sua própria maneira, e para concorrer, com seu esforço e com seu capital, com o esforço e o capital de outros homens ou tipos de homem. O soberano fica completamente livre do dever de supervisionar o esforço particular das pessoas e de dirigi-lo para as finalidades mais adaptadas ao interesse da sociedade” (SMITH, 1776, p.169).

O pensamento liberal explicita a importância da propriedade privada dos meios de produção e do individualismo. A economia funciona livremente e se autorregula a partir dos movimentos do mercado, ou seja, a oferta e demanda. O papel do Estado deve se restringir a atuar em setores que não são de interesse do setor privado ou que respondam pela ordem pública, como a segurança nacional. Este pensamento foi predominante a partir do século XVIII e ao longo da história vários pensadores da Escola Clássica colaboraram para os ideais liberais, com David Ricardo, Thomaz Malthus, Alfred Marshall, entre outros pensadores.

Com a crise de 1929, os pressupostos da teoria liberal são questionados por John Maynard Keynes (1936) que elabora uma nova teoria para contornar os problemas cíclicos do sistema capitalista e este envolve uma atuação importante do Estado na geração de demanda agregada a partir do gasto público e do investimento. Estes ideais keynesianos serão predominantes na elaboração das políticas governamentais nos anos que se seguem, em especial no pós-segunda guerra mundial, e na formação do Estado de Bem-Estar Social.

Nos 1970 com a crise na economia americana e os choques do petróleo (1973 e 1979), emerge um novo quadro econômico, temos a recessão e a inflação simultaneamente, ao que se denomina estagflação. A teoria keynesiana, por si só não explicava o fenômeno, e pressões do mercado financeiro por um afrouxamento das políticas de controle dos mercados, aliado a crise em vários países, inclusive no Brasil nos anos 80. Traz de volta o pensamento liberal que ressurgue como expoente das políticas econômicas e irá predominar nas decisões dos governos na determinação das ações de gestão do Estado.

Os ideais neoliberais que emergem nos anos 80, tem como intuito reduzir o tamanho do Estado e sua interferência no mercado. A cartilha neoliberal prega pela redução dos gastos do Estado para redução do déficit público, políticas de privatizações de empresas estatais, além de processos de abertura comercial e financeira. Estas medidas são o corolário pregado pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

De acordo com AFONSO (2000) apud (SALES RIBEIRO, 2015, p. 152), em um processo de crise do Estado, e o conseqüente processo de privatização. Este deixa de ser o

Órgão que controla e regula as instituições e passa a ser um regulador de serviços. No âmbito da avaliação dos setores educacionais, emerge uma avaliação estandardizada e normativa.

No Brasil, pode-se visualizar este processo nos anos 1990, com a abertura comercial e financeira da economia e por meio dos processos de privatização de vários setores e empresas estatais, como o setor de telecomunicações e energia elétrica. Em contrapartida, como o Estado não detém o controle, ele tem como obrigação regular o funcionamento destes setores. Assim, são criadas agências regulatórias, como por exemplo, a ANEEL, ANATEL entre outras. No setor educacional houve uma grande expansão de instituições privadas, em especial no ensino superior.

Com relação a avaliação na educação, na visão de Oliveira (2008), ocorre um surto avaliatório no ensino superior a partir dos anos 1990, mesmo período de expansão das políticas neoliberais.

(...) a constatação de que, num período que coincide grosso modo com o da ascensão do neoliberalismo, vem ocorrendo na universidade um surto avaliatório - um movimento em que as práticas de avaliação formais se multiplicam, adquirindo um peso muito maior na vida da instituição. Esse é um fenômeno bem conhecido e, embora vários componentes do processo não sejam novos, é nítida a existência de um ponto de inflexão, um salto num movimento que já vinha ocorrendo antes, porém de forma muito mais lenta(...) (OLIVEIRA, 2008, p.380).

Diante deste panorama sobre o processo de influência das políticas liberais sobre as políticas do Estado brasileiro, o presente artigo, segmentado em duas partes, abordará a evolução da política educacional no ensino superior brasileiro e na segunda parte a evolução do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro.

2. A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O marco da estruturação da política educacional no Brasil ocorreu em 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Consultivo do Ensino Comercial, sendo ambos os Conselhos estruturados no âmbito do Ministério e tendo por incumbência fixar diretrizes para o ensino primário, secundário, superior e técnico-profissional. Essas diretrizes foram sucedidas, durante o Estado Novo e no decorrer de 1946, pelas Leis Orgânicas do Ensino - reformas e planos de caráter parcial, que afetaram cada um dos ramos e níveis sem estabelecer, contudo, sua articulação segundo um critério nacional de continuidade e divisão do trabalho educativo (AURELIANO; DRAIBE, 1989).

A Constituição de 1946 reafirmou a competência da União para fixar as bases e diretrizes da educação nacional e, em 1948 iniciou-se a longa tramitação do Projeto de Diretrizes e Bases, que provocou acirradas discussões e um movimento político de envergadura, (e que só foi transformado em lei em 1961). Um novo passo só seria dado em 1953, quando Educação e Cultura se desvincularam da Saúde, constituindo um Ministério específico. A partir da Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, foi definida a estrutura-chave sob a qual se processa a expansão do sistema, principalmente no pós-64. A reorganização desse sistema, entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970 (reforma universitária e a introdução da formação profissionalizante no ensino básico e secundário), não se desviou

muito daquela matriz. Medida importante foi a extensão da escolaridade obrigatória para oito anos (ciclo básico), definida nos fins dos anos 1960. (AURELIANO; DRAIBE, 1989).

A priori a Lei N° 4.024/61, apresenta o estado regulador da educação e apresenta os recursos financeiros que serão destinados à educação a partir de então.

Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo.

§ 1º Com nove décimos dos recursos federais destinados à educação, serão constituídos, em parcelas iguais, o Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior. (BRASIL, 1961)

No período de 1964 a 1980, a expansão no oferecimento do ensino básico teve um grande avanço, mas em contrapartida o nível de evasão escolar era muito elevado, superior a 50%. Pode-se apresentar inúmeras razões para essa evasão, dentre elas a própria lei de diretrizes e bases vigente, rígida e inflexível, no que tange o processo de ensino e aprendizagem, o fracasso escolar da época era reflexo de um sistema jovem e ainda em formação.

Além disso, a expansão do oferecimento do ensino foi acompanhada da deterioração da qualidade do ensino, por uma série de razões, como pouco investimento público, baixos salários para os professores e falha na formação profissional, entre outros fatores. (AURELIANO; DRAIBE 1989).

O ensino superior no Brasil foi tardiamente organizado; somente nas décadas de 1950 e 1960 é que foram impulsionadas as instituições de ensino superior federais, e posteriormente as estaduais e municipais. Nos anos 1970 houve uma grande expansão no número de vagas oferecidas no ensino superior como um todo, impulsionada pela necessidade das indústrias. Até o início dos anos 1980 as estruturas das universidades públicas cresceram, foram construídos laboratórios de pesquisa e estruturados os cursos de pós-graduação. No entanto, com a crise do setor público no começo desta década e as políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1990, as universidades públicas foram sucateadas, os investimentos foram comprimidos e os salários de técnico-administrativos e professores foram desvalorizados (VASCONCELOS, 2010).

A crise dos anos 1980 levou o Estado brasileiro a realizar empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que em contrapartida exigiu uma série de medidas de política econômica, baseadas nos preceitos neoliberais. Ocorreu o processo de abertura comercial e financeira, foi implementada uma política de privatizações de vários setores controlados pelo Estado brasileiro, bem como políticas de austeridade para controle do gasto público, o que gerou impactos em diversos setores da economia, dentre eles no ensino superior.

De acordo com Helena Sampaio (2011), as universidades privadas obtiveram a partir da Constituição de 1891 a possibilidade de existência, e a Constituição de 1988 ratificou o ensino superior livre à iniciativa privada, seguindo as normas gerais da educação e com a autorização e avaliação do poder público. A lei de diretrizes e bases da educação brasileira N°4024/61 em seu Título IX já estabelecia a regulamentação da educação superior, mas é com a Lei de diretrizes e bases da educação N° 9394/96, que a regulação do ensino superior se dá através de seu capítulo IV.

Os estabelecimentos privados lograram um elevado crescimento nos anos 1990 e em especial nos anos 2000, no período de 2009 a 2015 o número de matrículas no ensino superior cresceu 34% e o número de instituições cresceu no período de 2009 a 2012 em torno de 4,5%, no entanto a partir de 2013 verifica-se uma diminuição no total de IES (2012 – 2416; 2015 – 2364) (INEP, 2017).

De acordo com dados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2017), na composição do ensino superior brasileiro os estabelecimentos privados correspondem a 88% do número de IES, sendo que no ano de 2012 haviam 2112 instituições privadas frente as 304 instituições públicas. Com relação as matrículas os estabelecimentos privados detêm 76%, com um total de 6.075.152 matrículas em 2015 (INEP, 2017).

Tabela 1: Censo do Ensino Superior INEP (2009-2015)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	%
Número de IES	2314	2378	2365	2416	2391	2368	2364	
<i>Privada</i>	2069	2100	2081	2112	2090	2070	2069	88%
<i>Pública</i>	245	278	284	304	301	298	295	12%
Número de matrículas	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688	7.305.977	7.828.013	8.027.297	
<i>Privada</i>	4.430.157	4.736.001	4.966.374	5.140.312	5.373.450	5.867.011	6.075.152	76%
<i>Pública</i>	1.523.864	1.643.298	1.773.315	1.897.376	1.932.527	1.961.002	1.952.145	24%

Fonte: Elaboração própria, dados Censo INEP (2017)

De acordo com Dias Sobrinho (2010, p.197), os fatores que explicam esta expansão do ensino superior, sobretudo do setor privado são:

(...) o forte movimento de modernização e globalização, o notável aumento do contingente de jovens formados nas etapas escolares anteriores, os fenômenos de urbanização e de globalização, a ascensão das mulheres na sociedade, as crescentes exigências de maior escolaridade e qualificação profissional por parte do mundo do trabalho e as mudanças culturais em grande parte impulsionadas pelos sistemas de informação. Todos esses fatores e a enorme ampliação dos tipos de demandas e demandantes justificam não só a multiplicação, notadamente do setor privado, como também a ocorrência da diversificação e segmentação do sistema de Educação Superior. Além dos cursos tradicionais, se criaram outros de variada tipologia e duração, em geral de baixos níveis de exigência acadêmica e voltados ao atendimento de demandas de qualificação profissional.

Esta configuração do sistema de ensino superior brasileiro demonstra os impactos das relações mercantis na definição das políticas para o setor. De fato, esta expansão no número de vagas proporcionou uma maior democratização de acesso ao ensino superior a camadas da sociedade brasileira que anteriormente não conseguiam acessar este nível de ensino. Algumas políticas governamentais proporcionaram está maior inserção, tais como o Financiamento Estudantil – FIES e Programa Universidade para todos – Prouni.

No âmbito do sistema de avaliação, invariavelmente ocorre esta influência, por meio de mecanismos de ranqueamento dos resultados e a divulgação pela mídia destes resultados como forma de promover as instituições com boas colocações.

2.1.1. A evolução do sistema de avaliação em larga escala no ensino superior brasileiro

No cenário internacional, no início dos anos 1980 emerge um modelo de avaliação que combina a auto avaliação e a avaliação externa. No contexto dos anos 1990, a globalização, o processo de abertura comercial e financeira, e as políticas neoliberais pairavam na gestão governamental brasileira. O mercado, na visão dos organismos internacionais (FMI, OCDE, OMC), é o grande mecanismo de alocação eficiente dos recursos escassos, em especial, no contexto de contenção de gastos públicos e processos de privatização que a economia brasileira vivia no período (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

O aumento no número de instituições de ensino superior no início dos anos 1990, leva o Estado brasileiro a estabelecer uma política de regulação do setor e inicia uma política de “gerenciamento à distância, garantindo qualidade e responsabilidade social através de processos de avaliação em lugar dos de intervenção e de controle direto” (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

Na visão de Dias Sobrinho (2010), a perspectiva neoliberal levou os exames gerais a ganharem importância como instrumento de controle e de reforma. Os exames atendem bem a lógica de medir a eficiência e a eficácia da educação, de acordo com a necessidade dos estados neoliberais. E estas necessidades se pautam em demonstrar os resultados dos serviços educacionais oferecidos, seja para a perspectiva de privatização ou de transparência para as decisões de escolha dentro do mercado.

A seguir será abordado o processo de evolução do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro, passando pelo Provão nos anos 1990 que estabeleceu o modelo inicial de avaliação do ensino superior brasileiro até o SINAES que consiste no modelo atual de avaliação.

2.1.2. O Provão

O sistema de avaliação em larga escala do ensino superior brasileiro foi estabelecido pela Lei 9131/1995 e pelo Decreto 2026/1996 foi criado o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como Provão, além dos indicadores adicionais que deveriam ser avaliados nas IES para avaliar a qualidade dos cursos de ensino superior no país. O Órgão responsável pela execução e gerenciamento do sistema de avaliação é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

O objetivo do Provão era o de avaliar anualmente estudantes concluintes dos cursos de graduação de determinadas áreas definidas pelo Ministério da Educação (MEC), tendo caráter universal e obrigatório e a liberação do diploma estava condicionada a participação no exame e todos os cursos deveriam ser avaliados pelo exame (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

A aplicação do Provão ocorreu no período de 1996 até 2003, cerca de 26 áreas fizeram parte da avaliação. Os resultados do Provão eram encaminhados pelo INEP à Secretaria de Educação Superior (SeSu), órgão do MEC responsável pela política e gestão do sistema de ensino de graduação.

Cabe ressaltar, que o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, não é de responsabilidade do INEP e desde de 1976 a CAPES que gerencia este nicho da educação superior brasileira.

Várias críticas foram realizadas sobre o Provão, problemas relacionados ao boicote as provas, a forma de divulgação dos resultados por meio de ranqueamento das instituições, o exame media desempenho e não aprendizagem (DIAS SOBRINHO, 2010), entre outros pontos levaram ao governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva a modificar o sistema nacional de avaliação em 2004.

2.1.3. O SINAES e o ENADE

A Lei 10861/2004 estabeleceu Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Na lei supra mencionada, em seu artigo 2º, o SINAES ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar: I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. Os resultados da avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, 2004).

O SINAES abrange três dimensões importantes do processo de avaliação do ensino superior brasileiro, a avaliação dos cursos de graduação, a avaliação institucional e a avaliação de desempenho dos estudantes. A avaliação dos cursos é realizada por comissões de especialistas designados pelo INEP, a avaliação de desempenho, o ENADE que abordaremos a seguir, envolve a avaliação de desempenho dos alunos dos primeiros e últimos anos dos cursos de graduação. E a avaliação institucional, é realizada em dois segmentos o interno, ou auto avaliação é conduzido por uma comissão própria de avaliação das próprias instituições de ensino e o externo no qual uma comissão externa designada pelo INEP (SALES RIBEIRO, 2015, p. 144).

Inicialmente a preocupação do sistema se pautava em desenvolver as instituições e em um âmbito de avaliação formativa. No entanto, a partir de 2007 o sistema foi modificado e incorporado um ciclo avaliativo e alguns indicadores foram estabelecidos, tais como: Conceito preliminar de curso (CPC), Índice Geral de Curso (IGC) e o Conceito Enade. E uma nova lógica emerge de avaliação somativa, ênfase na regulação e na divulgação de rankings (SALES RIBEIRO, 2015, p. 156).

2.1.4. O ENADE

A lei 10861/2004 em seu art. 5º, instituiu que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (BRASIL, 2004).

O ENADE avalia o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. O ENADE é aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal (BRASIL, 2004).

O ENADE é uma prova operatória criada com o objetivo de trazer aos alunos avaliados um momento de reflexão e análise sobre os conteúdos aprendidos durante a graduação. Uma concepção muito importante para

Algumas distinções entre o Provão e o ENADE se pautam no fato de que o ENADE estabelece padrões mínimos de desempenho em diferentes campos do conhecimento e a avaliação é um dos componentes do sistema de avaliação (SINAES), e o Provão era o sistema em si. Na visão de VERHINE; DANTAS, 2005).

Dentre as diferenças entre o Provão e o ENADE, pode-se relacionar: a) a proposta do ENADE de estabelecimento de padrões mínimos definidos por especialistas nos diferentes campos de conhecimento, ainda que a escala de desempenho continue com cinco níveis (Lei 10.861/04, Art. 5, #8); e b) a dissipação do caráter high stakes do Provão, já que o ENADE compõe outros indicadores e somente a partir deles são tomadas decisões regulatórias (VERHINE; DANTAS, 2005 p.18-19).

2.1.5 Perspectivas de tipos de avaliação e o SINAES

De acordo com Sales Ribeiro (2015) a avaliação formativa tem como objetivo desenvolver as instituições a partir da identificação de seus pontos positivos e negativos, proporcionando a melhoria contínua de sua estrutura e desempenho. Já a avaliação regulatória verifica as condições de funcionamento e estabelece um padrão mínimo, ou seja, por vezes, o que se aprimora é a própria avaliação e não a instituição ou a aprendizagem.

O SINAES, na visão de Sales Ribeiro (2015), em sua origem, buscou aliar estas duas concepções, dentro de um complexo arcabouço de mecanismos que envolvem muitos atores. No entanto, na prática a função regulatória acabou se sobrepondo à formativa, por influências e pressões políticas e também pela dificuldade de executar as duas concepções concomitantemente.

Afonso apud Sales Ribeiro (2015) acrescenta que existem duas tendências políticas no campo da avaliação, os neoliberais e os neoconservadores. No qual o modelo liberal se traduz

por um maior controle do mercado sobre a avaliação em detrimento do Estado. E o segundo modelo expressa maior controle e regulação do Estado.

3. METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica dos principais autores que abordaram esta temática, bem como das legislações que nortearam este processo de evolução.

4. CONCLUSÃO

Nota-se a influência do pensamento neoliberal na concepção do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro, em especial pelos mecanismos que foram visualizados no Provão nos anos 1990, tais como o ranqueamento das instituições e a divulgação ao público. Ademais, isto reflete uma lógica mercantil, no sentido de que uma boa posição no ranking de instituições gera influências positivas para a imagem da IES.

O SINAES foi concebido com um novo olhar com objetivos mais próximos de uma avaliação emancipatória, objetivando a análise de vários âmbitos das instituições e do processo de avaliação (interna e externa). O ENADE concebido como uma avaliação que avalia alunos do primeiro e do último ano, e com uma concepção operatória apresenta grande evolução no sistema de avaliação.

No entanto, alguns dos pilares do SINAES acabaram se perdendo ao longo do caminho e sucumbindo a uma lógica de mercado. Indicadores como o IGC e o CPC foram criados em 2007 e permitiram a divulgação dos resultados por meio de rankings.

Outro ponto a se destacar é a questão do sistema de avaliação e os efeitos sobre os processos de ensino e aprendizagem e da efetiva melhora da qualidade do ensino. Que diante da análise dos caminhos que o SINAES tomou, não demonstram na prática esta preocupação. A avaliação formativa ficou em segundo plano em prol a avaliação somativa.

De acordo com Dias Sobrinho, confundir avaliação de desempenho de estudante com avaliação de curso, a adoção de índices que permitem formação de rankings de cursos e de instituições, que favorecem menos ao aprimoramento da qualidade da educação superior e mais à competição entre as IES, à disputa por recursos e reconhecimento na mídia. (DIAS SOBRINHO, 2010, p.156)

Foram grandes percalços que o Provão apresentava e que o SINAES continua a perpetuar. Nota-se fortes traços dos ideais neoliberais na configuração do Provão e a lógica de mercado tratou de moldar o SINAES a este ideal.

O grande dilema que reside nesta reflexão sobre a influência do pensamento neoliberal sobre os sistemas de avaliação do ensino superior brasileiro, é responder a seguinte questão: Como aliar os ideais neoliberais e o sistema de avaliação brasileiro, as necessárias intervenções quanto a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Cibele Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. Revista de Ensino Superior. UNICAMP. 2012. Disponível em:
<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>
- AURELIANO, L. e DRAIBE, Sonia. A especificidade do "Welfare State" brasileiro. In: Projeto: A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização; volume I - Reflexões sobre a Natureza do Estado do bem-estar; Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.
- BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Institui o Provão. Brasília, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. “A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado”. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2010, vol.15, n.1, pp.195-224. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011>.
- GIMENEZ, Denis Maracci. Ordem liberal e a questão social no Brasil. São Paulo: LTr, 2008.
- HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. 1981
- OLIVEIRA, M. B. de. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores. *Sci. stud.* vol.6 no.3 São Paulo July/Sept. 2008. Acesso: 01.05.2017; Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662008000300007>
- SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. Revista de Ensino Superior. UNICAMP. Out-2011. Disponível em:https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acessado em: 15.04.2017.
- SALES, RIBEIRO. José Luis Lôrdelo. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. *Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP*, v. 20, n. 1, p. 143-161, mar. 2015. Acesso em: 10.05.17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000100010>
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas, São Paulo, Nova Cultural, 2ª edição. 1985.
- VERHINE, R. E; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006